

## Corpo, gênero e sexualidade: educação igual para todos ou educação de meninos e meninas?

Elane Silva Campos<sup>1</sup>  
Norinês Panicacci Bahia<sup>2</sup>

**Resumo:** Este artigo, elaborado a partir de uma dissertação de mestrado (CAMPOS, 2011), trata de uma investigação sobre as relações de corpo, gênero e sexualidade na educação. A pesquisa de campo foi realizada com 50 professores(as) do município de Ferraz de Vasconcelos/SP com o objetivo de investigar quais as convicções e crenças destes sobre estas questões e como isso foi tratado na sua formação, além de buscarmos compreender como lidam com o tema na escola, com seus alunos. Os resultados demonstram que os professores entendem as relações sobre corpo, gênero e sexualidade, imbricados em valores morais e religiosos. Apresentam dificuldades para a abordagem do tema no cotidiano escolar, relacionadas aos seus processos formativos e às diferentes realidades culturais e sociais presentes na escola.

**Palavras Chave:** corpo; gênero; sexualidade; formação docente.

*Body, gender and sexuality: same education for all or boy-girl education?*

**Abstract:** The present paper has resulted from the MA thesis by Campos (2011) and investigates the relationships among body, gender and sexuality in education. Field research was conducted with 50 teachers from the Municipality of Ferraz de Vasconcelos, State of São Paulo, Brazil. This paper aims, on one hand, to analyze what these teachers think about body, gender and sexuality and how such issues have been addressed in their own education, and, on the other hand, to understand how these teachers tackle the subject with their students today. The results show that, according to the teachers, not only moral but also religious values determine the relationships among body, gender and sexuality, making difficult for them to discuss such issues because of their own education and of the different cultural and social realities in the school.

**Keywords:** body; gender; sexuality; teacher's education.

### Introdução

O fio condutor desse trabalho surgiu por meio de um aprofundamento teórico e de uma investigação (pesquisa de campo) sobre as relações de corpo, gênero e sexualidade na educação, com professoras e professores da rede pública do município de Ferraz de Vasconcelos/SP, visando possibilitar reflexões sobre as questões que envolvem essas relações no contexto educacional e sócio cultural.

Segundo Foucault (1984a), a sociedade contemporânea é o reflexo de uma construção social, marcada historicamente pela supremacia do masculino, pela submissão da mulher, pela fundamentação das diferenças de gênero e pelas diferentes concepções de poder. As diferenciações sobre corpo, gênero e sexualidade, instituídas ao longo do processo de construção histórico-social, determinaram o lugar que homens e mulheres ocupam nos diferentes âmbitos da sociedade.

Louro (2010a), quando discute o papel feminino e masculino nos leva a uma análise do indivíduo e das relações interpessoais, em que as desigualdades entre os sujeitos tendem a ser consideradas no núcleo das interações face a face. No entanto, a autora também afirma que as várias formas que podem assumir as masculinidades e as feminilidades, como também as complexas redes de poder que constituem hierarquias entre gêneros, deixam de ser analisadas. Para compreender sobre gênero se faz necessário entendê-lo como constituinte da identidade de cada sujeito e, nessa

---

<sup>1</sup> Mestre em Educação pela UMESp – Universidade Metodista de São Paulo; Professora do Curso de Pedagogia na Faculdade Zumbi dos Palmares. profelanecampos@hotmail.com

<sup>2</sup> Docente Pesquisadora do Programa de Pós-Graduação – Mestrado em Educação da UMESp – Universidade Metodista de São Paulo. norines.bahia@metodista.br

perspectiva, a autora expressa a compreensão de identidade do sujeito como uma identidade plural, múltipla, que se transforma, que não é fixa ou permanente e até contraditória, pois esta identidade de gênero se relaciona com a identidade sexual – essas identidades se constituem pelos processos de vivências sociais e culturais de cada indivíduo e que estão sujeitas a mudanças.

Diante dessas primeiras considerações que ao longo dos anos foram demarcando o contexto social atual, Nunes (1987) afirma que os últimos 20 anos provocaram transformações enormes na compreensão e vivência da sexualidade e, conseqüentemente, nas interações e entendimento das questões de gênero, principalmente no Ocidente. No entanto, ainda hoje falar das questões que envolvem corpo, gênero e sexualidade, não é uma tarefa fácil, pois como explica o autor:

A riqueza da dimensão humana e toda a sedimentação de significações que historicamente se acrescentou sobre a mesma, acabaram causando certo estranhamento do sujeito humano com sua própria sexualidade. A sexualidade se constituiu cercada por feixes de valores morais, determinados e determinantes de comportamentos, usos e costumes sociais que dizem respeito a mais de uma pessoa. (p. 27)

A escola é uma ponte entre o conhecer e o fazer de professores(as) e alunos(as), e o(a) professor(a) é um agente muito importante nos processos de discussões que venham possibilitar mudanças na sociedade. Porém, professores e professoras como agentes dessas discussões no âmbito escolar e de mudanças no contexto da sociedade, não deixam de ser indivíduos e sujeitos que transitam pelos corredores dessa mesma sociedade, esses são parte dessa construção e parte dessa sociedade, portanto, trazemos algumas indagações: como os educadores lidam com essas questões no cotidiano escolar? Existe uma educação para todos ou uma educação para meninos e outra para meninas?

## **Gênero e sexualidade**

Delimitar as referências que norteiam o entendimento de conceitos pautados no processo histórico e social é uma maneira de compreendermos as menções, ou pelo menos nos orientarmos, sobre os aspectos que os estruturaram. Desde o século XIV, nos idiomas alemão, francês, espanhol e inglês, a palavra gênero aludia apenas a conjuntos gramaticais. Gênero em sua definição mais genérica significa classe, espécie e família. Entretanto, atualmente, os estudos sobre gênero se associaram aos conceitos de sexo, sexualidade e diferença sexual, tornando-se o eixo central na edificação de uma classificação de sistemas de diferenças, apoiando-se em oposições dicotômicas como sexo e gênero. Os diferentes significados de gênero estão essencialmente imbricados com a história política de opressão colonial, racial e sexual, entrelaçadas aos sistemas de produção e inscrição do corpo e seus conseqüentes discursos literários e de oposição.

Esse contexto é essencial para compreendermos as fundamentações dos conceitos teóricos do sistema sexo/gênero, definidos pelas feministas anglo-saxãs na década de 1970 e que, segundo Haraway (2004), todas as variantes das teorias feministas de gênero reforçam uma articulação da especificidade da opressão das mulheres no contexto de culturas, nas quais as distinções entre sexo e gênero são acentuadas. No entanto, a densidade dessas marcas, depende de um sistema relacionado de significados, reunidos em torno de um conjunto de pares de oposições: natureza/cultura, natureza/história, natural/humano, recursos/produtos. Esta interdependência capital, de um campo político-filosófico ocidental, de oposições conjugadas e/ou binárias, fun-

cionalmente, dialeticamente, estruturalmente ou psicanaliticamente compreendidas, problematiza as alegações de utilização universal de conceitos relacionados a sexo e gênero.

O feminismo, como movimento social visível, se estruturou em dois diferentes momentos: o primeiro, surgiu após a Segunda Guerra Mundial e deu prioridade às lutas pelo direito ao corpo, ao prazer e contra o patriarcado, entendido como o poder dos homens na subordinação das mulheres. O segundo, se desenvolveu no final do século XIX e centrou-se na reivindicação dos direitos políticos, como o de votar e ser eleita, nos direitos sociais e econômicos e nas questões que envolviam o trabalho remunerado, o estudo, propriedade e herança. Foi nos Estados Unidos, na década de 1960 que esses movimentos ganharam maior visibilidade e, tiveram como referência autoras feministas com destaque para Betty Friedan, com a obra *“Mística feminina”*, publicada em 1963. Na França, o trabalho de Simone de Beauvoir, ganhou destaque com a obra *“O segundo sexo”*, publicada em 1949, evidenciando o ressurgimento do movimento feminista francês.

Os aspectos que dinamizaram a luta feminista firmaram-se sobre os questionamentos da figura masculina como uso universal na sociedade, as mulheres se sentiam excluídas do contexto de existência social, uma vez que o uso do masculino era genérico e não incluía as especificidades femininas, as mulheres não eram pensadas como figuras existenciais e diferentes da figura masculina. Lutavam pelo direito de terem filhos quando quisessem, contra a violência doméstica e, reivindicavam o direito de igualdade em relação ao homem. Lutavam pelo direito de existirem enquanto mulheres. Assim, desenvolveram diferentes trabalhos, com diferentes grupos, compostos apenas por mulheres e com a justificativa de que a figura masculina como parte desses grupos de discussão, intimidaria a fala e a iniciativa das mulheres, durante os momentos de reflexões realizados nos grupos. Essas reflexões tinham como parâmetro as diferenças entre homens e mulheres desde a infância até a maturidade. Discutia-se a existência de um corpo oprimido, submisso à figura masculina e, impedido de se desenvolver inteiramente. Esses movimentos reafirmaram a necessidade dessas mulheres “se discutirem” e “se reconstruírem” socialmente.

Há alguns estudos sobre gênero, como o da autora brasileira Louro (2010a), que nos mostra que as diferenças biológicas estabeleceram desigualdades sociais nos diferentes espaços, que ambos ocupam na sociedade, constituindo um constante caráter de oposições dicotômicas sobre o feminino e o masculino e que, portanto, diante dessas oposições binárias, essas relações de gênero foram se construindo. As referências sobre gênero como instrumento político – que trouxe à tona a visibilidade da mulher e, sua especificidade como sujeito de sua própria história na sociedade – foram, ao mesmo tempo, discutidas e construídas nas dinâmicas e conjecturas das sociedades euro-americanas, que direta e indiretamente influenciaram essas lutas em outras sociedades, como na sociedade brasileira. Entretanto, não podemos deixar de destacar que essas discussões sobre gênero, enquanto categoria, não trouxe apenas a visibilidade da mulher como agente social, mas também exacerba um processo relacional entre os sexos, em que a mulher aparece sempre inferior ao homem.

Percebemos nesses apontamentos, a fala feminista do que foi imposto às mulheres, no entanto, são poucos os estudos e pesquisas que apresentam o que ao homem também foi determinado pela sociedade como: a obrigação de se colocar como chefe da casa, supridor e mantenedor da família, forte o suficiente para não apresentar fraqueza e limitações. É claro que com isso não queremos em momento algum deixar de discutir que esse processo dominação-submissão existe, e que ainda há desigualdade estabelecida entre os sexos nas relações de gênero, no âmbito político, social e econômico. Mas, lembrando Louro (2010a), as relações são construídas entre

os seres, imbricadas por identidades de gênero e identidades sexuais em dados momentos da história e em diferentes sociedades.

No Brasil as primeiras expressões dos movimentos feministas na década de 1970, surgiram decorrentes de uma série de fatores. Tiveram como influência os movimentos feministas euro-americanos e tinham como argumento e pressuposto uma resistência à ditadura militar, aplicada ao país durante o golpe de 1964. O movimento feminista brasileiro foi marcado pela declaração feita pela ONU (Organização das Nações Unidas) que instituiu o Ano Internacional da Mulher em março 1975 e que favorecia discutir a condição feminina no cenário internacional. No Brasil esses movimentos contestavam a ordem política da ditadura e, ao mesmo tempo, contestavam a já tradicional hierarquia de gênero, e tinham como principal objetivo a ampliação do espaço da mulher na instituição pública. Isso, mais tarde, gerou muitas repercussões em toda a sociedade brasileira (SARTI, 2004).

As lutas feministas, nascidas em um contexto de opressão, ganharam força após a revolução industrial, quando as desigualdades, antes expressa em maioria no campo privado, aparecem no espaço público, como por exemplo, nas fábricas de teares. As mulheres eram exploradas como mão de obra barata, com salários muito inferiores e com duplas jornadas, enfatizando ainda mais o poder do masculino sobre o feminino, a exploração do homem sobre a mulher. Os movimentos feministas que antes se expressavam e lutavam com um entendimento de gênero voltado apenas para a mulher, mais tarde perceberam a necessidade de uma visão mais ampla desse conceito, que hoje é discutido por teóricos dos mais variados campos sociais (MEDEIROS, 2009).

### **Corpo e sexualidade**

Existe uma linha muito tênue entre as concepções de corpo, gênero e sexualidade, que muitas vezes nos restringe quanto ao entendimento das questões que envolvem ideias pré-concebidas. Portanto, compreender como a cultura ocidental define esses conceitos é uma maneira de trazermos à tona as discussões sobre a gênese do corpo e da sexualidade, implicada nas relações de gênero como constituinte de identidades determinadas culturalmente.

O corpo humano tem sido tratado de diferentes maneiras, justificadas pelas épocas históricas nas quais tais referências se estabeleceram. Após ter sido tratado por Platão como prisão para a alma, o corpo foi estigmatizado como lugar do pecado pelo pensamento judaico-cristão, fragmentado como uma entidade separada da mente pela lógica Cartesiana e, após a Idade Média, como um corpo objeto pelas ciências médicas. Falar do corpo tem sido para muitos teóricos uma discussão cercada de ambigüidades e indagações, por isso a ideia de corpo se constituiu dicotomicamente no cerne da sociedade, de maneira que sua compreensão não é posta como um inteiro, mas como uma ideia fragmentada (CARDIM, 2009). Levando em consideração que a sociedade é um arcabouço de embasamentos organizados, podemos então intuir, que o conceito de corpo foi se estruturando diante das diferentes interpretações e fundamentações culturais ao longo desses embasamentos socialmente instalados.

Foucault (1984a) em suas reflexões sobre corpo e sexualidade afirma que o corpo não é apenas um produto da cultura, mas um espaço direto para se instituir o controle social. O corpo e a sexualidade se constituem por meio de processos culturais e das relações que estabelecem à práxis determinada e determinante desse controle social, ou seja, por meio da cultura se faz o corpo e por meio do corpo controlamos a sociedade. O autor traz uma centralidade de discussão não necessariamente do corpo, mas das práticas e relações sociais que produzem o corpo num determinado momento histórico social.

Um dos grandes conflitos dentro da dinâmica da sociedade e da civilização ocidental medieval era aquele que estabelecia: primeiro, um corpo visto como benção e glorificação religiosa, sustentado pelo sagrado corpo de cristo que salva os pecadores e, segundo, um corpo pomenorizado, miserável e humilhado, baseado no corpo dos pecadores redimidos pelo sacrifício da paixão. Ou seja, o corpo humano encontra seu opróbrio no submundo do pecado e na vergonha do pecador. O corpo foi caracterizado como uma prisão para a alma na filosofia de Platão, mas encontrou no centro do fundamento judaico-cristão, seu segundo conceito: uma roupa pecaminosa para a alma, um habitat do pecado que precisa ser corrigido para que não corra o risco de se perder. Havia medo sobre o pecado do corpo, medo do corpo e principalmente um medo do corpo da mulher, tido como instrumento para a perdição do homem. O corpo da mulher mesmo visto como um corpo possuído por artimanhas demoníacas e subjugado pela elevação e veneração do corpo masculino, também oscilava entre o bem e o mal: o bem era visualizado na procriação, na castidade, na significação da Virgem Maria e no zelar pela família e, o mal era representado, na sexualidade, na prostituição, na luxúria e depravação sexual. O corpo cristão se movia pendularmente entre a exaltação e a repressão, a veneração e a humilhação e sobre o material e o espiritual, era o luzir da alma aprisionada ao corpo pecador (CORBIN et al. 2008).

Nos discursos de Foucault (1984a), a reabilitação do corpo humano e a promoção do casamento, que caracterizavam o século XV, correspondem ao começo de um longo período de preocupações demográficas, assim como manifestações de atenção radicalmente novas, em relação ao corpo e sua sexualidade. Do começo do século XV até meados do século XVII, a Europa esforçou-se para desenvolver uma visão de corpo e sexualidade compatível com a ordem social e de respeito à religião. A partir do século XVIII, passa a haver uma maior atenção com o corpo e a sexualidade dos jovens e das crianças, antes camuflada, como se as crianças e os jovens não tivessem um corpo sexuado e também dado aos impulsos naturais da sexualidade. Aqui a sexualidade infantil passa a ser objeto de cuidado e de alerta e a masturbação passa a ser vista como um processo patológico grave de interesse científico, que precisava ser tratado por meio de técnicas e remédios que evitassem a prática do onanismo (masturbação) entre os adolescentes, em especial os das camadas burguesas. Portanto, a medicina passa a ter um controle ético e sexual, interferindo na vida familiar, por meio do corpo das crianças e como consequência provoca uma simbiose de apoio mútuo para a normalização das condutas das crianças e também normalização do ambiente familiar.

No atual contexto social, o conceito de corpo continua sendo muito limitado desde o pensamento filosófico até as teorias contemporâneas que buscam discuti-lo ou desvendá-lo enquanto agente social, cultural, político, psíquico e sexual. As muitas ideias e conceitos de corpo não estabelecem o que é o corpo ou o que somos no corpo, mas nos mostram obrigatoriamente, pelos significados e elaborações culturais o que um determinado meio social nos estabelece enquanto corpo/sujeito. O corpo sempre foi um intrigante elemento de observação que não o restringe em um conceito, pois se assim o fosse o limitaríamos enquanto dimensão de vida e reprodução da vida humana individual e coletiva.

O corpo está atrelado ao gênero e à sexualidade como um corpo/sujeito em sua totalidade. Mas, em um entendimento sócio cultural o corpo é percebido de maneira fragmentada e isso sempre o colocou em foco como alvo de constante observação e controle. Foucault (1984a) aponta que ainda que houvesse uma repressão sobre os corpos, sempre houve um discurso sobre a sexualidade e a maneira como o corpo é percebido e compreendido na sociedade. Falar do corpo, necessariamente, nos leva a uma linguagem além da existência corporal, que se relaciona direta e indiretamente com as identidades de gênero e as identidades sexuais e isso nos mostra

que a idéia fragmentada do corpo se contrapõe à existência do corpo enquanto componente inteiro do sujeito na idéia de um corpo construído socialmente.

### **A sexualidade em questão**

Discutir sobre os aspectos que envolvem a sexualidade requer muitos referenciais, por meio dos quais sublinharemos alguns fatores que caracterizaram a sexualidade, como um ponto de alta tensão a ser discutida na sociedade ocidental e hoje ter se tornado interesse de estudiosos dos mais vastos campos da sociedade. A sexualidade é um fenômeno natural da condição humana que não se fecha apenas em um ato físico, possui uma natureza imutável e adquiriu ao longo de anos um significado simbólico bastante complexo. Hoje funciona como uma estrutura social e cultural em si mesma, dentro de um emaranhado de fatores determinados e determinantes do poder substancial que rege a sociedade (Foucault, 1984a).

Nunes (1987) afirma que a sexualidade é uma das mais importantes e complexas dimensões da condição humana e que vivemos continuamente assediados por um ambiente sexual que se manifesta nos mecanismos de sustentação da sociedade capitalista ocidental. No entanto, a compreensão da sexualidade sempre envolve muitas controvérsias e diferentes posições morais e políticas, uma vez que produz efeitos que dizem respeito quase sempre a mais de uma pessoa. Assim podemos abordar a sexualidade por muitos prismas, porém é importante analisarmos a realidade atual como um processo em permanente transformação e evolução, que detém em seu cerne um princípio entre os resquícios do passado e o atual contexto histórico social.

Foucault (1984a) defende uma teoria de controle e domínio sobre os corpos pelas rédeas do poder, quando afirma que compreender a sexualidade em sua complexidade é percebê-la como um produto das relações de poder entre homens e mulheres, pais e filhos, educadores e alunos, padres e leigos, Estado e sociedade. O autor afirma que nas relações de poder a sexualidade é um elemento dotado de instrumentalidade e pode ser usado em inúmeras manobras, nas relações sociais, bem como pode tornar-se útil na articulação das mais variadas estratégias. Para o autor, entre o Estado e o indivíduo, o sexo se tornou um objeto de disputa e disputa pública. Analisando a hipótese repressiva e de silêncio sobre o sexo delineia que os risos rumorosos que, durante tanto tempo tinham acompanhado a sexualidade das crianças, vai desaparecendo aos poucos em uma escala progressiva. Porém, afirma que isso não significa um silenciar sobre o sexo, pois não se fala menos sobre ele, fala-se dele de outra maneira, são outras pessoas que falam, sobre outros olhares e no intuito de obterem outros efeitos.

Nos primórdios do século XVIII a sexualidade das crianças e dos adolescentes passou a ser um importante ponto de atenção, em torno do qual criaram vários dispositivos institucionais e estratégias com o objetivo principal de médicos e pedagogos combaterem o onanismo, a masturbação das crianças como uma epidemia. O controle da sexualidade está além das rédeas do seio familiar, para controle dos corpos aciona-se todo o mundo adulto em torno do sexo das crianças e dos adolescentes. Ativaram-se vários dispositivos que pudessem detectar qualquer manifestação sexual, como vigilância constante e métodos coercitivos que forçavam confissões, acompanhados dos discursos longos e corretivos. Foram colocados em alerta os pais e os educadores e implantaram no espaço familiar um regime de controle médico-sexual. Estabeleceram uma separação entre adultos e crianças, que passou a ser canônica no decorrer desse século, houve uma segregação relativa entre meninos e meninas e determinaram regras estritas sobre os cuidados com o bebê durante amamentação e a higiene. A sexualidade se confirma como um produto real da interferência de um tipo de poder sobre os corpos e seus prazeres (FOUCAULT, 1984b).

Podemos afirmar que houve um processo de cunho ideológico, de controle sobre o corpo e a sobre a sexualidade, instituído primariamente nos alicerces do pensamento judaico-cristão, confirmado no seio da Igreja Católica, na sistematização da ordem pedagógica e educacional dos colégios do século XVII e direcionado pelas ciências médicas, como forma de organização e normalização das famílias, partindo do pressuposto patológico dos corpos, que precisavam ser curados. Logo, os diferentes entendimentos e percepções sobre corpo e sexualidade estabeleceram normas e condutas, que na visão das instituições religiosa, educacional, social e política, precisavam ser observadas e controladas.

O sexo é acesso, ao mesmo tempo, à vida do corpo e à vida da espécie. Servimos-nos dele como matriz das disciplinas e como princípio das regulações. É por isso que, no século XIX, a sexualidade foi esmiuçada em cada existência, nos seus mínimos detalhes; foi desencavada nas condutas, perseguida nos sonhos, suspeitada por trás das mínimas loucuras, seguida até os primeiros anos da infância, tornou-se a chave da individualidade: ao mesmo tempo, o que permite analisá-la e o que torna possível constituí-la. (FOUCAULT, 1984a, p. 137)

Constatamos que há uma sistematização disciplinar sobre a vida, onde a sexualidade é posta como um ponto importante entre as relações estabelecidas na sociedade entre homens e mulheres, jovens e velhos, professores e alunos, pais e filhos e entre, quem administra as sociedades e a população de uma forma geral. Por conseguinte, ainda conforme Foucault, sexualidade se tornou um foco de atenção importante para a constituição e elaboração de uma “biopolítica” que garantisse a produção de corpos dóceis e saudáveis em uma dinâmica individual e coletiva, ressaltando a idéia de que controlando o corpo é possível controlar a sociedade e estabelecer normas, condutas e comportamentos.

As concepções de corpo, gênero e sexualidade se diferem não apenas entre as sociedades ou momentos históricos, mas no interior de uma dada sociedade, ao se considerar os diversos grupos étnicos, religiosos, raciais e de classe que a constituem. Discutir as identidades de gênero e as identidades sexuais nos leva a uma análise dos indivíduos e das relações interpessoais, ou seja, nos induz a um entendimento dos papéis sexuais de homens e mulheres, meninos e meninas codificados pelas redes de poder, que por meio das instituições sociais, dos discursos, dos códigos, das práticas e dos símbolos, constituem uma hierarquia entre os gêneros. Gênero constitui a identidade do sujeito, assim como a etnia, a classe, ou a nacionalidade, portanto não podemos nos ater aos papéis determinados socialmente entre homens e mulheres pela sua diferenciação biológica de sexo, conforme Louro (2010a).

### **Educação para todos ou para meninos e meninas?**

Muitos são os fatores que desencadearam uma estigmatização das relações de corpo, gênero e sexualidade e dentre eles destacamos: geração, raça, nacionalidade, religião, classe e etnia, todos dentro de um contexto sócio-cultural. As profundas transformações das últimas décadas vêm afetando as dimensões da vida de homens e mulheres e alterando concepções, de maneira que as identidades de gênero e as identidades sexuais se confundem diante de papéis pré-estabelecidos, que não consideram as peculiaridades individuais de meninos e meninas, homens e mulheres e, mais do que isso, de cada ser humano independente do sexo. Para melhor desenrolarmos essas pontuações fomos buscar em Louro (2000 e 2010b) algumas colocações que podem nos possibilitar pensar sobre a compreensão humana da

sexualidade e possivelmente entender em linhas gerais como os papéis sociais são postos no ambiente escolar e como chegam à sociedade, pois explicitar a especificidade dessas discussões limitaria a amplitude e complexidade do assunto.

Compreender a sexualidade apenas como uma condição natural a todos os seres humanos, tira a possibilidade de argumentação a respeito de sua dimensão social e política ou o seu caráter construído, ou seja, dessa maneira simplista a sexualidade é apenas algo dado pela natureza e inerente ao ser humano (LOURO, 2000). Para a autora, essa concepção se estrutura na biologia do corpo e na suposição de que todos vivem seus corpos, universalmente da mesma forma, como algo determinado, imutável que não pode ser pensado, sentido e/ou vivido de outra maneira, em outras direções. O centro da sexualidade se faz por meio de rituais, linguagens, fantasias, representações, símbolos e convenções inseridos em processos culturais e plurais. Nessa perspectiva não há uma exclusividade natural sobre a sexualidade de homens e mulheres, pensando na própria concepção de corpo, ou mesmo de natureza, pois através dos processos culturais definimos o que é ou não natural, produzimos a natureza e a biologia e as tornamos históricas. Assim os corpos ganham sentidos socialmente e as inscrições dos gêneros feminino ou masculino e a sexualidade, são feitas no contexto de uma determinada cultura e, portanto, com as marcas dessa cultura.

Cabe ressaltar que essa ideia percebida e discutida por Louro (2000) nos remete a uma pergunta: se a sexualidade não é algo natural de cada ser humano e sim construída culturalmente, como então transgredir a compreensão de uma educação para meninos e meninas, pautadas na biologia de seus corpos, onde sobre os meninos é colocada a responsabilidade de jogar futebol e às meninas outras brincadeiras, ou ainda às meninas a dimensão da meiguice e aos meninos a postura de “durões”? Não podemos negar que, nas discussões das relações de corpo, gênero e sexualidade, ao homem, assim como à mulher, foram impostos papéis a serem desempenhados e não podemos deixar de perceber também que há uma exacerbação e uma intencionalidade na “masculinização” e na “feminilização” dos corpos.

Nos estudos de Louro (2010b) são evidenciadas as atuais discussões sobre o espaço escolar, o cotidiano prático pedagógico e as pedagogias culturais, que apontam que em nossa sociedade são articulados processos separatistas, de uma identidade tida e aceita como padrão de normalidade, tornando-a uma identidade invisível, pois, “como a norma e a diferença são produzidas, quais as instâncias sociais estão aí envolvidas e quais são os efeitos de poder dessas produções?” (p. 25). Para a autora é a diferença que marca e reduz o indivíduo ou grupos de indivíduos a ela. A exemplo disso nos reportamos às datas comemorativas como, por exemplo: o dia do índio, o dia internacional da mulher, o dia do orgulho gay, o dia da consciência negra e assim sucessivamente, a sociedade vai se justificando e enfatizando a diferença dos “diferentes”, deixando invisível os tidos como “normais” brancos, machos de classe média e judaico-cristãos.

Vivemos em uma dinâmica de mudança constante e muitas vezes como educadores e educadoras não sabemos lidar com as incertezas que essas mudanças nos trazem e tampouco sabemos nos situar claramente na instabilidade dessas mudanças no atual contexto social, somos então lançados aos desafios e a situações muitas vezes inusitadas com as quais não nos sentimos preparados(as) para enfrentar. Para alguns, essas mudanças podem provocar a imobilidade e até a inação mas, para outros, pode despertar a vontade de assumir os riscos, as dúvidas, os medos e até as contradições.

Sabemos que no Brasil há uma educação para as relações de gênero e sexualidade, em que a centralidade do discurso está direcionada nos PCNs – Parâmetros Curriculares Nacionais (1998), como tema transversal mas, será que os PCNs abarcam uma visão ampla sobre como desenvolver uma educação não apenas



para meninos e meninas, mas uma educação para todos, frente à complexidade das relações de corpo, gênero e sexualidade e principalmente diante das “novas” identidades e pluralidades culturais? Quando esboçamos a complexidade dessas relações, nos fundamentamos em Louro (2010b) quando discute que essas “novas” identidades nos obrigam a reconhecer que a cultura não é homogênea nem tão pouco monolítica, mas plural, diversa e complexa. Não encontramos na escola uma realidade dialética harmônica e contínua, mas uma multiplicidade de comportamentos e condutas nas mais diferentes formas.

Nunes (1987) afirma que uma educação para a sexualidade deve ultrapassar as concepções descritivas e vincular a ciência de uma dada época às demandas e pressões sociais que sobre ela são exercidas diretamente. Deve ser entendida como uma construção política, histórica, marcada pelas mudanças econômicas e estruturais da sociedade capitalista, como uma construção dinâmica, pois a ciência é um conjunto de conhecimentos que se desenvolve, se acumula, se transforma e se reestrutura em função de uma organização social. O autor defende uma educação não para as relações de corpo, gênero e sexualidade, mas uma educação inteira, que considere o contexto histórico e social onde os sujeitos são construídos como seres individuais na coletividade e sem os fragmentos dogmáticos, muitas vezes por ela estabelecidos.

Há duas terminologias muito conhecidas, usadas e, por vezes, confundidas, até mesmo por alguns estudiosos da área, Educação Sexual e Orientação Sexual. Ao investigar a trajetória de abordagem da sexualidade na escola, detectou-se a falta de padronização de uma terminologia básica e de uma posição teórica clara e objetiva desses conceitos. Apesar da semelhança dos termos, estes diferem no seu significado, por isso, se faz necessário diferenciá-los. Não sabemos ao certo quando o termo Educação Sexual foi substituído por Orientação Sexual; o que se sabe é que essa expressão está em desuso. Atualmente, o termo mais utilizado entre os profissionais de saúde e educação é o de Orientação Sexual. Mas o que seria Educação Sexual? É um conjunto de informações desenvolvidas de forma assistemática sobre sexualidade, como um processo global, não intencional, e que envolve toda a ação exercida sobre o indivíduo no seu cotidiano. Essa forma de intervenção é denominada, como uma intervenção informal. Surgiu no seio familiar e tende a produzir nos sujeitos os padrões de moralidade de uma dada sociedade. A Orientação Sexual inclui todo o processo informal pelo qual aprendemos sobre sexualidade ao longo da vida, seja através da família, da religião, da comunidade, dos livros ou da mídia (GUIMARÃES, 1995).

### **Os principais resultados da pesquisa realizada com professores(as) de Ferraz de Vasconcelos/SP**

A investigação objetivou compreender como os(as) professores(as) lidam com as situações que envolvem as relações de corpo, gênero e sexualidade na escola e quais as suas concepções sobre esses conceitos. Pretendeu-se também uma discussão e uma reflexão sobre como os educadores encaram a possibilidade de desenvolver trabalhos sobre essas relações no ambiente escolar, antes “proibida” de ser tratada na educação brasileira e, agora, articulada nos Parâmetros Curriculares Nacionais – PCNs, como um tema transversal importante a ser trabalhado na escola.

Os sujeitos foram 50 professores(as) que atuavam, em 2010, nas séries iniciais (primeiro ao quinto ano) do ensino fundamental I, das 25 escolas do Município de Ferraz de Vasconcelos/SP. Num primeiro momento, aplicamos um questionário contendo dez questões, abertas e fechadas, com o objetivo de realizarmos uma sondagem mais ampla sobre o tema proposto. Num segundo momento, selecionamos aleatoriamente, uma amostra de 6 sujeitos (dentre os 50 que responderam o questionário), para a realização de entrevistas de aprofundamento.

As análises realizadas apontam que os professores compreendem as concepções sobre corpo, como uma estrutura puramente física e estrutural, sem as relações com uma representação de identidade do ser humano e, sobre isso, Cardim (2009) assinala que as ideias sobre o corpo foram constituídas dicotomicamente no cerne da sociedade, de maneira que a sua compreensão não é posta como um inteiro, mas como uma ideia fragmentada, entre corpo e mente, corpo e alma. Essas concepções do corpo como estrutura física do ser humano permeia a lógica cartesiana, uma vez que esse corpo é percebido por esses educadores apenas como um arcabouço estrutural.

Sobre o conceito de gênero, todos o compreendem como algo que define o homem e a mulher, pela biologia de seus corpos sexuados, pelos órgãos sexuais, pelo sexo. As teorias que discutem gênero trazem uma visão ampla, baseada não apenas nas características biológicas, mas discutida como uma categoria em constante construção (LOURO, 2010a).

Para esses professores(as) as concepções de sexualidade estão ligadas às relações sexuais, propriamente ditas e estabelecidas “normalmente” entre homens e mulheres. Assinalam que sexualidade é o envolvimento do homem com a mulher, ou do ato sexual entre homens e mulheres e isso pressupõe que a sexualidade está diretamente voltada para um único tipo de relação, a relação heterossexual, tida como “normal”. Há um entendimento de sexualidade, vista como uma relação “normal” entre homens e mulheres e também uma percepção desses educadores sobre a existência de outras relações, entretanto é pertinente ressaltarmos que há uma ambigüidade, sobre o entendimento das relações díspares existentes, como por exemplo, a relação “homossexual”, posta por esses como uma relação não muito convencional. Para Foucault (1984a) o corpo está atrelado ao gênero e à sexualidade como um corpo/sujeito em sua totalidade, portanto, devemos compreendê-lo como um todo do indivíduo sem os pressupostos sociais que o fragmentam e o estigmatizam genericamente e/ou sexualmente.

De acordo com Louro (2010b), as referências de uma educação separatista decorrem ao longo da história da educação brasileira, delimitando papéis a serem adotados por meninas e meninos, nas brincadeiras estabelecidas para um e para outro, nos comportamentos a serem seguidos na sociedade e na postura adotada por cada um. A autora afirma que a cultura estabelece os costumes e a educação dita comportamentos, determina regras e enfatiza as diferenças. Será que a educação é a mesma para meninos e meninas ou há diferenças?

Há uma anuência de todos os(as) professores(as) de que a educação para meninos e meninas não mudou, ou seja, não há uma igualdade educacional para ambos, e expressam que ainda permanecemos em uma educação que estabelece comportamentos, regras e determina o que é próprio para meninas e meninos. A representação desta ambigüidade educacional e/ou dicotomia entre os gêneros, é percebida nitidamente nas colocações feitas pelos(as) professores(as) sobre os comportamentos de meninas e meninos, na situação do menino “boiola” que não brinca de bola e prefere ficar com as meninas, por isso, é estigmatizado pelos colegas, ou ainda quando dizem que se a “rédea” é curta, para as meninas a “rédea” é mais apertada. Essas colocações e percepções são muito relevantes para as nossas discussões, pois, encontramos nessas falas as representações de uma educação “separatista” que ainda determina papéis, funções e comportamentos sociais para meninos e meninas e futuros homens e mulheres. Essas percepções confirmam as discussões de Louro (2010b) sobre idealização de um padrão de comportamento para meninos e meninas, como referência de uma sociedade machista e patriarcal, tornando-se culturalmente aceita pelas sociedades e representada pelos diferentes agentes sociais.

De acordo com Sayão (1997) e Guimarães (1995) a implantação da educação sexual no Brasil teve vários processos que dificultaram essa inserção das discussões sobre corpo, gênero e sexualidade na educação, fatores esses de ordem política e religiosa que proibia falar de sexualidade na escola. Entretanto, após o complicado processo de se instituir na educação brasileira as discussões sobre corpo, gênero e sexualidade, nos vemos hoje frente a conflitos de se discuti-la, porém sem saber como. Assim, é pertinente refletirmos sobre como os educadores encaram a possibilidade de desenvolver essas discussões no ambiente escolar, antes proibida de ser tratada na educação brasileira e agora articulada nos Parâmetros Curriculares Nacionais, como um tema importante a ser trabalhado na escola.

Os PCNs estabelecem as discussões sobre corpo, gênero e sexualidade, como um tema importante a ser tratado não só pela família, mas também pela educação. Apontam como justificativa que a sexualidade tem grande importância no desenvolvimento e na vida psíquica dos indivíduos, por isso, deve ser tratado e trabalhado em três blocos de conteúdos: o corpo, como matriz da sexualidade, as relações de gênero e a sexualidade. Nesse documento fica evidente a preocupação em trabalhar a sexualidade do aluno. No entanto, diante das falas dos professores pesquisados, consideramos importante questionar, como esses podem realizar orientação e/ou educação para essas relações frente às diferentes realidades na qual a escola está inserida? Como pensar em formação docente para essas relações no contexto educacional?

Os(as) professores(as) referem direta ou indiretamente, que não se sentem preparados para lidarem com essas questões de corpo, gênero e sexualidade na escola e encaram com muita dificuldade a possibilidade de trabalhar essas questões estipuladas nos PCNs.

Louro (2010a) assinala que é fundamental que haja um entendimento amplo sobre orientação sexual, e não meramente engessado em padrões sociais. Devemos considerar que a escola tem uma relação direta com as identidades de gênero e as identidades sexuais, pois essas se expressam por meio das relações interpessoais dos sujeitos. Sujeitos esses carregados de valores morais, culturais religiosos e sociais.

Imbernóm (2002) discute que frente aos desafios relativos à formação docente é importante pensar uma formação de professores na mudança e para a mudança, ou seja, a formação docente deve ser articulada paralelamente aos processos de transformações sociais que se movimentam constantemente, dado o fato de vivermos atualmente em um mundo “globalizado” que sofre mudanças e promove as mudanças. Não podemos pensar em formação, de maneira engessada em currículos formativos e específicos de cada área da docência, mas perceber a profissão de ser professor em diferentes direções e sob outros olhares.

Para contribuir com essas discussões, buscamos em Nóvoa (2009) outras conjecturas que também apontam a formação do professor na “berlinda” das discussões. Para o autor a educação passa por um momento de grandes incertezas e muitas perplexidades, mas quais seriam as mudanças necessárias para traçarmos novos rumos, para a formação docente? A formação de professores está sujeita aos discursos descontextualizados do campo de ação do professor, portanto, é necessário que a formação docente seja articulada para edificar propostas educativas que nos façam sair do círculo vicioso e nos ajudem a definir o futuro da formação de professores.

### **Considerações finais**

As relações de corpo, gênero e sexualidade se constroem dentro de um processo social e cultural em um dado momento histórico. Esse processo influenciou

modos, costumes, a maneira como compreendemos a sociedade como um todo e os diferentes âmbitos que a constituem. Com isso, é necessário considerarmos a diversidade cultural e social inserida em cada ser humano, enquanto sujeito individual e coletivo. Para tanto, a educação deve ter como pressuposto analisar e considerar esses aspectos importantes que perpassam o universo escolar de professores e alunos, como agentes da sociedade.

A educação é parte da sistematização social, assim como o professor é parte do processo de formação educacional. Pensar em uma formação docente para as relações de corpo, gênero e sexualidade, não é apenas pensar em sua formação profissional, mas compreender sua formação enquanto indivíduo como parte do processo sócio educacional. Talvez, com isso, saberemos se cabe apenas à formação docente, possibilitar habilidades e competências, aos professores e professoras, para lidarem com essas relações no âmbito educacional. Nóvoa (2009), afirma que a formação do professor deve passar por dentro da profissão, se adequando a uma realidade prática, entretanto como pensar em uma formação que estabeleça um sentido de realidade prática para as diversas identidades corporais, sexuais e de gênero?

A dinamização da educação deve ser posta para todos, independente de sexo, gênero, cultura, raça, etnia, pois viabilizar mudanças pressupõe o respeito às particularidades sociais e culturais de cada indivíduo, dentro ou fora do universo escolar, como uma educação para a diversidade.

### Referências Bibliográficas

- CAMPOS, Elane Silva. **Formação docente e relações de corpo, gênero e sexualidade na educação: entendendo conceitos e refletindo ideias**. SP/São Bernardo do Campo: UMESP, 2011. (Dissertação de Mestrado)
- CARDIM, Leandro Neves. **Corpo: filosofia frente e verso**. São Paulo: Globo, 2009.
- CORBIN, Alain; COUTRINE, Jean Jacques; VIGARELLO, Georges. **História do corpo 1: da renascença às luzes**. 2ª ed., RJ/Petrópolis: Editora Vozes, 2008.
- FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I: a vontade de saber**. Rio de Janeiro: Graal, 1984a.
- FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade II: o uso dos prazeres**. Rio de Janeiro: Graal, 1984b.
- FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade III: o cuidado de si**. Rio de Janeiro: Graal, 1985.
- GUIMARÃES, Isaura. **Educação sexual na escola: mito e realidade**. 3ª ed., SP/Campinas: Editora Mercado de Letras, 1995.
- HARAWAY, Donna. **Gênero para um dicionário marxista: a política sexual de uma palavra**. Cadernos Pagu, nº 22, p. 201-246. SP/Campinas: UNICAMP, 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf>. Acesso: setembro/2010.
- IMBERNÓN, Francisco. **Formação docente e profissional: formar-se para a mudança e a incerteza**. Tradução: Silvana Cobucci Leite, 7ª ed., São Paulo: Editora Cortez, 2002.
- LOURO, Guacira Lopes. **O Corpo educado: pedagogias da sexualidade**. 2ª ed., Belo Horizonte/MG: Editora Autêntica, 2000.
- LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista**. 11ª ed., Petrópolis/RJ: Editora Vozes, 2010a.
- LOURO, Guacira Lopes. **Corpo, gênero e sexualidade: um debate contemporâneo**. 3ª ed., Petrópolis/RJ: Editora Vozes, 2010b.
- MEDEIROS, Ana Lúcia. **Discutindo a história das mulheres na sociedade**. Revista História. São Paulo: Unifesp, vol. 25, n. 2, 2009, p. 54-67. <http://www.scielo.br/pdf>. Acesso: setembro/2010.
- NÓVOA, António. **Professores: imagens do futuro presente**. Univ. de Lisboa, Lisboa/Portugal, 2009.
- NUNES, César Aparecido. **Desvendando a sexualidade**. Campinas/SP: Editora Papirus, 1987.
- PARÂMETROS Curriculares Nacionais (3º e 4º ciclos do EF). **Temas transversais**. Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1998.
- SARTI, Cynthia Andersen. **O feminismo brasileiro desde os anos 1970: revisitando uma trajetória**. Revista Estudos Feministas, vol.12, n.2, Florianópolis, Maio/Agosto, 2004.
- SAYÃO, Y. **Orientação sexual na escola: os territórios possíveis e necessários**. In: AQUINO, J. G.(org.). Sexualidade na escola: alternativas teóricas e práticas. São Paulo: Summus, 1997.

Recebido para publicação em 02-01-12; aceito em 20-01-12